



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Unidades de Conservação
Gerência de Conselhos Consultivos

Relatório SEI-GDF n.º 2/2018 - IBRAM/PRESI/SUGAP/COUNI/GECCO

Brasília-DF, 25 de junho de 2018

Relatório da Oficina de Planejamento Participativo - OPP
Parque Ecológico Bernardo Sayão

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo finalizar o processo da Oficina de Planejamento participativo, a fim de subsidiar a elaboração do Plano de Manejo do Parque Ecológico Bernardo Sayão, informando sobre a sua realização e seus desdobramentos *a posteriori*.

A OPP se deu em 19 de maio de 2018, no Anfiteatro do Parque Ecológico Dom Bosco. A mesma contou com a presença de aproximadamente 56 pessoas, representantes de setores da sociedade, condomínios e órgãos públicos, conforme consta na lista de presença anexa neste relatório.

Dando início aos trabalhos, a servidora Marcela Versiani, fez a abertura da OPP, dando as boas vindas aos presentes e imediatamente passou a palavra para o Servidor Renato Prado para que fizesse a apresentação inicial.

A Oficina de Planejamento Participativo foi dividida em três partes sequenciais. A primeira parte foi conduzida por slides orientadores a fim de subsidiar a plenária ali presente, com o maior número de informações concernentes a proposta do Plano de Manejo.

A segunda parte da OPP foi destinada a contribuição dos presentes em plenária. A terceira foi a continuidade da participação pelos interessados, em formato escrito, com a disponibilização de endereço eletrônico para receber as considerações. Foi estipulado um prazo de 20 dias corridos para o recebimento das contribuições.

Na primeira parte da OPP, a apresentação e explanação dos slides foram realizadas pelo servidor Renato Prado, que fez uma introdução levando os principais conceitos de Unidade de Conservação, plano de manejo e Oficina de Planejamento Participativo.

Em seguida, foi repassada a palavra ao servidor Pedro Braga que falou sobre o meio físico e sobre a questão socioeconômica da área.

Seguindo o cronograma, a servidora Ana Lira apresentou informações quanto à vegetação nativa e a vegetação exótica do Parque Ecológico Bernardo Sayão.

Dando prosseguimento, os Servidores Marina Motta e João Bosco Teixeira falaram sobre a Fauna Silvestre e fauna sinantrópica encontradas no Parque, como também, trataram sobre a importância do cerceamento para a fauna.

A apresentação perdurou por aproximadamente uma hora e meia. Depois, foi dado um intervalo de 10 minutos para um "*coffee break*", na oportunidade foi disponibilizado um vídeo do sobrevoo com *Drone* na área, com a finalidade de ilustrar aos presentes a beleza cênica do local e proporcionar uma visão mais ampla do Parque Ecológico Bernardo Sayão.

Após o intervalo, a Sra. Lorene Souza, Chefe da Procuradoria jurídica do IBRAM levou esclarecimentos aos presentes sobre a questão jurídica referente a pista 001, que está dentro do parque. Para encerrar a apresentação da proposta do Plano de Manejo, a servidora Lorena explanou sobre o zoneamento ambiental, normas, planos, programas e projetos propostos para o Parque Ecológico Bernardo Sayão.

2. CRONOGRAMA DE TRABALHO

O Cronograma da OPP foi realizado conforme a seguir:

Início	Tempo	Tema a ser desenvolvido
09:00	00:10	Unidades de Conservação
		Plano de Manejo
		Parque Bernardo Sayão
09:25	00:15	Meio físico
		Socioeconômico
09:40	00:15	Vegetação nativa
		Vegetação exótica
09:10	00:15	Fauna silvestre
		Fauna sinantrópica
		Cercamento
09:55	00:15	Lanche coletivo + filme
10:10	00:10	Legislação
10:20	00:30	Zoneamento ambiental
		Normas
		Planos, Programas e Projetos
10:50	01:00	
11:50		ENCERRAMENTO

3. DA MANIFESTAÇÃO DA PLENÁRIA

Após a apresentação, foi iniciada a segunda parte da Oficina de Planejamento Participativo, e abertas as inscrições dos presentes para se manifestarem. O servidor Renato Prado moderou a participação da plenária.

Sra° Lorene, Chefe da Procuradoria Jurídica do IBRAM, inicia esclarecendo que a Estação de Tratamento de Água - ETA teve um planejamento, estudos preliminares e Licenciamento Ambiental para a instalação. Também, esclareceu sobre a proposta de recategorização do parque do DF, ainda que o Parque tenha categoria ecológica e será recategorizado como Distrital, ainda assim, o plano de manejo em discussão será aplicado.

Sra. Norma Dixo, da CAESB, inaugura a plenária esclarecendo que a Estação de Tratamento de Água – ETA, é um projeto antigo, onde foram feitas análises dos corpos para captação no DF, entre eles, foi escolhido a captação no lago Paranoá. Assim, foram feitos estudos de impactos ambientais e apresentados ao IBRAM, este, emitiu licença prévia, contendo parecer técnico da SUGAP para o projeto. Dessa forma, foi uma decisão técnica, o projeto da ETA.

Sra. Ines, gostaria de ter tido acesso a todas as informações para debater sobre o assunto. Fez questionamentos referentes ao projeto da Estação de Tratamento de Água - ETA.

Sra. Norma Dixo esclarece que o projeto da Estação de Tratamento de Água - ETA resultou em uma compensação ambiental e que esta será revertida para o próprio parque, só está pendente, aguardando o recurso para ser executado o projeto .

Sr. Alden Bourscheit, expõe que o cercamento e a sinalização ajudam no controle de velocidade, entende ainda, que a sinalização protege o fluxo de fauna e o corredor ecológico.

Sra. Lorena esclarece que, o trânsito da pista 001, é o mais impactante da região, segundo estudo de impacto de fauna, logo deve ser pensando sobre controle de trânsito para serem controlados os danos.

Sr. Alexandre Ferro, mora na região mais de vinte anos, diz já identificou no parque, pegadas de Viado. Desse modo, acredita que a pista traz prejuízo ecológico, interfere na segurança das pessoas, há ocorrências de acidentes quando a pista estava aberta. Termina colocando que, o meio ambiente é muito prejudicado com a via aberta.

Sr. Vidal esclarece quais as maiores preocupações para ele. A primeira é a pista, não existe fiscalização que garanta a segurança no local. Segundo, entende preocupante a concessão de 10% da área destinada pelo IBRAM para a Estação de Tratamento de Água – ETA, entende que a área destinada deve ser incorporada ao parque e preservada.

Sra. Natarry Osório, entende que a verdadeira pista de circulação não é a via reta apresentada, esta não atende aos trabalhadores da região. Desde 1967, a comunidade trabalhou na defesa da área do parque, pois é o pulmão verde da área. No que tange a implantação do parque com recursos de compensação ambiental, esta não está definida. Neste sentido, é necessário cercar o parque e proteger a área.

Sr. Renato Prado, esclarece que a intenção é sempre pela preservação das Unidades de Conservação.

Sra. Niki Tzemos, no que tange ao cercamento, colocou que é necessário, para evitar vários problemas, no entanto, os animais precisam trafegar pela área, sugere que o cercamento seja feito de forma que proteja o trânsito dos animais e evite os problemas de segurança. Além disso, colocou que a iluminação pública é um problema, pois os animais precisam dos horários deles, sugere que não tenha iluminação pública.

Sr. Renato responde que a questão da iluminação e do cercamento, como também outras questões de implementação, estão previstas dentro do plano de manejo para o Parque.

Sra. Lorena Ribeiro, nesta seara, esclarece que os parques têm iluminação com temporizador, assim, na hora previamente determinada, a iluminação é interrompida. No que tange ao cercamento, nada impede que seja feito de forma mista, para atender as questões de fauna e de segurança.

Sra. Rosangela, moradora da QI 29, coloca que a abertura da pista faz integração dos moradores da região, sem prejuízos maiores. Além disso, coloca que não sabia sobre o processo de instalação da Estação de Tratamento de Água - ETA, assim, a comunidade pode mover uma ação pública para contestar o projeto.

Sr. Marco Antônio de Oliveira, reforçou o fechamento da pista que está dentro do parque, entende a necessidade e os problemas de trânsito no Distrito Federal, que podem ser resolvido de outras formas. A grande questão é a preservação da área, assim, pleiteia pelo fechamento da Via 001 por definitivo, como também a fiscalização para garantir o fechamento. Quanto ao projeto da Estação de Tratamento de Água, este pode ser discutido.

Sra. Vera Porto, coloca que o parque sempre foi uma preocupação para os moradores, dito isso, solicita informações sobre as etapas do projeto da Estação de Tratamento de Água - ETA, para que a comunidade consiga visualizar a execução. Também, questiona sobre o que a comunidade pode fazer de imediato, para preservar a área do parque.

Sr. Renato esclarece que, a gestão das Unidades de Conservação têm duas pernas, uma técnica e outra política, ambas precisam se esforçar para garantir a preservação das Unidades. A sociedade, por sua vez, possui o papel de provocar o governo para a preservação dessas Unidades. A comunidade pode ajudar os órgãos ambientais na gestão do parque.

Sr. Frederico Flosculo, entende que as questões ambientais não podem ser tratadas de modo varejista, precisa-se ter o pé científico para cuidar das unidades de Conservação. É necessário instituições de pesquisa a fim ajudar na preservação das Unidades. Também, a gestão compartilhada é o caminho para melhor cuidar das Unidades de Conservação como um todo.

Por fim, Sr. Renato diz que a parte científica é uma parte técnica também.

4. DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Quanto à aplicação do questionário FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças ao Parque Bosque dos Tribunais), obtivemos 19 (dezenove) questionários preenchidos, os mesmos foram consolidados em uma matriz anexada neste processo.

5. DAS CONTRIBUIÇÕES POR ESCRITO

Ao finalizar a oitava presencial da Oficina de Planejamento Participativo, iniciou-se a sua terceira parte, onde se deu um prazo 20 dias (com data final para o dia 08 de junho de 2018), para que os interessados pudessem fazer novas contribuições ou questionamentos.

Houve cinco contribuições, por e-mails, dos senhores Wiles Rodrigues, André Gustavo Stumpf, Natarry Osório, Aldem Bourscheit, Diego Fernãoas e Corpo de Bombeiros Militar do distrito Federal, as mesmas foram repassadas ao Grupo de Trabalho de elaboração do Plano de manejo, para avaliação quanto à pertinência e incorporações das mesmas ao Plano de Manejo, além de compiladas e anexadas neste processo.

6. DAS CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, segue alguns apontamentos em relação ao evento oficina de planejamento participativo:

Todas as instituições presentes tiveram participação ativa no momento da plenária, com questionamentos e colocações a fim de que fosse construído um plano de manejo que melhor atendesse ao Parque Ecológico Bosque dos Tribunais.

A participação de interessados na OPP foi considerada satisfatória, tendo em vista a participação de vários segmentos do governo e demais entidades, totalizando o número de 50 participantes.

Ressalta-se que a minuta de plano de manejo proposta foi divulgada no site do IBRAM, com trinta dias de antecedência, para que os interessados tivessem a oportunidade de acesso ao que ia ser apresentado.

7. FOTOS



Figura 01. Vista geral da Oficina



Figura 02. Chefe do jurídico Dra. Lorene Souza



Figura 03. Vista geral da Oficina

Este é o Relatório.

Atenciosamente,
Ana Claudia
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA DOS SANTOS DA SILVA - Matr.1672066-0, Gerente de Conselhos Consultivos**, em 28/06/2018, às 11:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **9537911** código CRC= **F41F702F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF

0391-001183/2016

Doc. SEI/GDF 9537911